



PERCUSOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM CAXIAS DO SUL

Gabriele Vieira Neves - UCS

Resumo: A educação escolar de surdos em Caxias do Sul é um processo recente. Foi somente no ano de 1960, com a criação do *Instituto de Educação de Surdos*, que a educação de crianças surdas passou a ser uma política pública no município. O direito de acesso ao Ensino Médio é uma conquista ainda mais recente: a autorização do governo do estado para o seu funcionamento deu-se apenas no ano de 2001. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é investigar como ocorreu a educação escolar de surdos no período de 1960 a 2010, procurando identificar as diferentes concepções sobre a surdez que permearam as práticas educativas, os objetivos da educação de surdos e a forma como as subjetividades surdas se constituíram, transformando a relação de dominação em relação de resistência. Para isso, foram analisadas fotos, reportagens de jornais, documentos oficiais da escola e narrativas dos surdos entrevistados, a partir das teorizações de Michel Foucault sobre a invenção da normalidade e da diferença, os dispositivos disciplinares e processos de subjetivação.

Palavras-chave: História da educação. Educação de surdos. Normalidade. Diferença. Concepções de surdez

Introdução

Historicamente falando, a educação escolar de surdos em Caxias do Sul é um processo recente. Foi somente no ano de 1960, com a criação do *Instituto de Educação de Surdos*, que a educação de surdos passou a ser uma política pública no município. A partir de então, crianças surdas dessa cidade e da região começaram a ser atendidas pela escola em nível de Ensino Fundamental. A efetivação do direito de acesso ao Ensino Médio é uma conquista ainda mais recente: a autorização do governo do estado para o seu funcionamento deu-se apenas no ano de 2001. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é investigar como ocorreu a educação escolar de surdos no período de 1960 a 2010, procurando identificar as diferentes concepções sobre a surdez, as quais permearam as práticas educativas, os objetivos da educação de surdos e a forma como esses experienciaram os diferentes períodos históricos abrangidos pelo recorte temporal da pesquisa. Para isso, são apresentadas e analisadas fotos, reportagens de jornais, documentos oficiais da escola e narrativas dos surdos entrevistados, com os quais estabeleço um diálogo tentando construir uma ponte entre as fontes e o referencial teórico. Também não posso deixar de lembrar que baseio-me na minha vivência cotidiana dentro da escola e da comunidade surda, transitando pelos corredores e salas de

aula, conversando com alunos, colegas-professores ouvintes e surdos que também viveram e vivem esta história, e que, portanto, minha escrita está permeada por estas experiências que me atravessam.

Educação escolar de surdos em Caxias do Sul nas décadas de 1960 e 1970

Ao tratarmos da educação escolar de surdos em Caxias do Sul, é imprescindível falarmos sobre a trajetória da escola que, ao longo dos anos, foi a única instituição que se dedicou oficialmente à educação de surdos no município: a Escola Helen Keller. Ressalto que o objetivo da pesquisa não é o de contar a história dessa instituição, mas explicitar a visão que os alunos surdos tiveram de seu processo educacional. Entretanto, conforme mencionei, é impossível dissociar a história da educação dos surdos da história da escola que os atendeu durante todos esses anos.

Com o passar dos tempos, a hoje chamada Escola Municipal de Ensino Fundamental Helen Keller assumiu diversas posturas político-pedagógicas, passou por inúmeras modificações em seu espaço físico e infraestrutura, expandiu seu público recebendo alunos de Ensino Médio e conviveu com outras instituições dentro do mesmo espaço físico. Por essa escola passaram professores, pesquisadores surdos e ouvintes, sendo que a grande maioria dos surdos do município, pelo menos em algum momento de sua vida, teve sua trajetória vinculada a essa instituição. Tudo isso em um País onde sequer a *Língua de Sinais* era oficializada. Em verdade, trata-se de uma instituição de grande importância para a história da educação do município e da região, atendendo alunos de várias cidades e também servindo como ponto de referência para outras instituições educacionais e empresas que trabalham com surdos.

Se, por um lado, existe uma boa quantidade de fontes sobre o período escolar, que iniciou em 1960, por outro, pouco se sabe sobre como era a educação de surdos no município de Caxias do Sul antes da criação da Escola Helen Keller (na época Instituto de Educação de Surdos). Por ser um período em que não havia uma política pública específica voltada ao atendimento de crianças com surdez, não encontrei documentos que pudessem dar indícios de como ocorria a escolarização de surdos antes de 1960. Entretanto, a partir das narrativas coletadas e dos relatos informais, que circulam pela comunidade surda, sabemos que as crianças surdas ou não tinham acesso a nenhum tipo de escolarização, ficando em casa, escondidas do olhar e do julgamento da sociedade ou iam para outras instituições, pois muitas

vezes a surdez era confundida com problemas mentais. Havia, ainda, a possibilidade de serem encaminhadas para institutos de educação fora do estado, em São Paulo, Rio de Janeiro ou Paraná, mas isso dependia das condições socioeconômicas das famílias, que tinham que arcar com as despesas.

A situação modificou-se no ano de 1960, quando, a partir da mobilização de pais e familiares de crianças surdas, foi criado o Instituto de Educação de Surdos na Vila Kaiser, anexo ao Grupo Escolar João Paternoster. O primeiro grupo era composto por seis alunos e um professor surdo vindo de Porto Alegre, o professor David Battastini Filho. A primeira turma de alunos em era composta pelos alunos Remi, Marilene, Marlene, professor David, Aldo, Eliana, Flávio e Lori.

Observando a imagens da época e a partir das narrativas dos surdos entrevistados, é possível perceber que os primeiros anos de aprendizagem ocorreram sem muitos recursos. Um único professor ensinava a todos os alunos e as crianças que tinham diferentes idades estudavam todas juntas na mesma sala. Ao ser entrevistado, um dos alunos dessa turma, afirma que os conteúdos eram iguais para todos, pois não havia como ensinar coisas muito aprofundadas para uns e mais simples para os outros, e que não poderia haver um desnível muito grande entre eles, mesmo que possuíssem idades diferentes. Com relação ao espaço físico, relata que havia um quadro verde para escrever com giz, as cadeiras eram de palha trançada, e o chão era de terra. “No intervalo, brincávamos de toureiro, o chão era de grama e terra. Tinha uma quadra de futebol e do lado tinha uma cerca, vacas e cavalos”, relembra. Também segundo Aldo, nesses primeiros anos da escola, ainda não havia tratamento fonoaudiológico, e os conteúdos eram bem simples, mais voltados à trabalhos manuais, desenhos e cópia do quadro. Aprendiam um pouco de português e matemática mas nada muito aprofundado, nem havia outras disciplinas como história e geografia. Outro surdo entrevistado, relembra das aulas em que os professores passavam zigue-zague no quadro, e os alunos copiavam. Também relembra que não se utilizava a *Língua de Sinais*; às vezes, o professor fazia gestos, apontava às palavras, mas, na maior parte do tempo, a aula era baseada na fala e na cópia dos conteúdos do quadro.

Segundo Adami (1981, p. 197), no segundo semestre de 1960, a escola mudou-se para um pequeno prédio no Parque Infantil Monteiro Lobato, onde, devido a uma campanha feita pela comunidade, foram instalados aparelhos coletivos, mas muitos já eram superados e em desuso para a época. As salas de aula também eram precárias, divididas por cortinas, e os professores eram poucos e sem especialização. Em março de 1961, a escola passou a

funcionar no Grupo Escolar Henrique Emílio Mayer, mudando-se, em 1963, para a Rua Plácido de Castro, onde atualmente se localiza a Sociedade dos Surdos de Caxias do Sul - SSCS. Em 1964 foram contratadas quatro professoras para fazerem cursos de especialização em Santa Maria e Porto Alegre, a fim de se capacitarem para trabalhar com deficiência auditiva. Em 1965, segundo a Lei 1.390, foi autorizada a transferência do imóvel para a responsabilidade do governo do Estado, que passou a auxiliar o município na manutenção do Instituto. Com o aumento do número de alunos e o auxílio do governo do estado, em 1969, a escola tinha uma equipe de seis professoras.

No prédio onde funcionou o Instituto de Educação de Surdos a partir de 1963, começou-se de forma mais sistemática o atendimento clínico aos alunos, que participavam de aulas de leitura labial, correção da fala, etc. É interessante notar, olhando para imagens da época, o rápido crescimento no número de alunos, que passaram de seis para mais de quinze em apenas três anos. Outra diferença que pode ser percebida é a própria organização dos alunos, que a princípio era mais informal, passando a uma organização tipicamente escolar, posto que, enfileirados e uniformizados, professores e funcionários se posicionavam disciplinarmente em frente à escola. Em outra imagem que remete de forma ainda mais evidente ao poder disciplinar a professora ministra uma aula com microfone em punho, e as crianças que estão enfileiradas em suas mesas acompanham a aula com aparelhos atados a seus corpos.

A imagem mostra de maneira bastante clara a utilização de tecnologias disciplinares para a coerção e controle do corpo. Para Foucault (2009b, p. 133), a disciplina impõe a condição de docilidade e utilidade do corpo, é uma espécie de fórmula de dominação que permite a manipulação calculada dos comportamentos e gestos dos sujeitos. Diferentemente da escravidão, que necessita se apropriar do corpo do *outro*, a disciplina transforma o corpo em alvo e objeto de poder, podendo ser manipulado, modelado, treinado, tornado dócil, ou seja, o submete, aperfeiçoa e transforma. A cena mostrada na foto nos remete justamente à ideia de que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”. (FOUCAULT, 2009b, p. 137). Os alunos enfileirados, de costas uns para os outros, ainda mais do que na escola de ouvintes, significa uma maior possibilidade de controle. Uma vez que a comunicação do surdo está atrelada à visualidade, colocar um aluno de costas para o outro significa cortar a comunicação e focar o aluno nas instruções da professora, que, na imagem, aparece segurando um microfone acoplado a fios e a aparelhos fixados na cabeça das crianças.

Uma das técnicas da disciplina, para distribuir de maneira conveniente os indivíduos no espaço, é o que Foucault chama “princípio da localização imediata” ou “do quadriculamento”, que consiste em separar o máximo possível os indivíduos, evitando contatos perigosos que possam fugir do controle:

Segundo o princípio da localização imediata ou *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos e elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; táticas de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 2009b, p. 138).

A mesma organização pode ser observada em imagens ainda da década de 70 (séc. findo). Mas isso não quer dizer que tudo correu de forma tão tranquila, e que os alunos foram completamente submetidos à ordem escolar. Conforme os depoimentos dos surdos entrevistados, a *Língua de Sinais*, a despeito das restrições que as práticas oralistas impunham, circulava dentro do espaço escolar. Tanto nas narrativas aqui transcritas quanto nas entrevistas informais, nas conversas com outros surdos, é recorrente o relato de que nos intervalos, no fim das aulas e fora do espaço escolar a *Língua de Sinais* era a forma escolhida para se comunicarem entre os surdos. Isso reforça a ideia de que não se pode pensar na educação de surdos em termos de oposições, e que o uso da oralidade excluiu completamente o uso de sinais, mas que talvez essa clandestinidade possa ser vista como condição de possibilidade para que a *Língua de Sinais* emergisse com tanta força nos anos seguintes. Além disso, o uso da *Língua de Sinais* não se restringia ao tempo e ao espaço de vigilância escolar. Os surdos se encontravam depois da aula na casa uns dos outros, e, nesses momentos informais, utilizavam as mãos e não a voz conforme relata um dos entrevistados:

Eu ia visitar o Flávio para conversar, bater papo à tarde, das duas até as cinco, depois voltava para casa. Alguns sábados e domingos, saía para visitar os amigos, mas pouco. Depois brincava com os ouvintes de esconder, de caçar, etc. Eu tinha muitos vizinhos e bastante amigos. Também os surdos vinham na minha casa me visitar, sinalizavam e olhavam, sinalizavam e olhavam para os lados, quando os pais passavam eles esticavam os braços (risos). [...] Quando eu ia na casa do Flávio, nós conversávamos, quando os pais passavam, eles esticavam os braços para fingir que não sinalizavam, se os pais viam que estávamos quietos, diziam: Espera! Tu está sinalizando muito, por favor, menos! Aprendam a falar. Só, não batiam, não xingavam, nada, ótimo, os pais eram muito queridos, ótimo. 100%, tinham o coração muito bom, só queriam ajudar dizendo que precisávamos aprender a falar. Entende?

Foi no limiar da vigilância da escola e da família que as subjetividades surdas se constituíram e transformaram a relação de dominação em relação de resistência. Foucault estuda as noções de resistência e de luta de forma que, no meu entender são bastante elucidativas para compreender os significados do uso da *Língua de Sinais* nos momentos históricos em que essa era proibida institucionalmente. Para Foucault, a resistência é contemporânea e integrável às estratégias de poder. Isto porque ela acontece não no julgamento se o poder é bom ou mal, se é legítimo ou não, mas sim na pergunta pelas suas condições de existência. Conclui então, que toda relação de poder abre possibilidade de resistência, e que sem resistência não haveria poder. Além disso, segundo Castro (2009, p. 387), a possibilidade de resistência para Foucault não é da ordem da reivindicação de direitos ou da renúncia moral, mas da ordem da estratégia e da luta. Nesse cenário, a luta entre poder e resistência é perpétua, isto é, quanto mais o poder se desenvolve, mais estratégias de resistência são postas em prática, e, ao mesmo tempo em que essas estratégias se multiplicam, outras formas de poder vão se constituindo, num movimento de luta perpétuo. No caso dos surdos aqui apresentados, quanto mais o poder ouvinte se impunha, tanto mais ele se manifestava sob a forma de proibição de usar a *Língua de Sinais* e a imposição da língua oral, mais foram se desenvolvendo estratégias de resistência, dentro e fora do espaço escolar.

Outro exemplo interessante de resistência, desta vez dentro do espaço escolar, é dado também por um dos entrevistados, quando relata que o Professor David, apesar de não estimular os alunos pequenos a utilizarem sinais, em alguns momentos, sinalizava com os alunos maiores. Segundo ele, os alunos maiores tinham aula normal, ou seja, copiavam do quadro e faziam as atividades solicitadas. Como todos ficavam no mesmo espaço, eles somente sinalizavam quando os pequenos saíam para o lanche ou na saída da escola, e o professor participava desses diálogos em *Língua de Sinais*, mas sempre pedia para que não sinalizassem na presença das crianças pequenas, pois elas primeiramente precisavam aprender a oralizar. Até mesmo durante as aulas, se um aluno queria tirar uma dúvida com outro, o professor pedia que não fosse por meio de sinais para não influenciar os pequenos, pois os pais deles não aceitavam que usassem sinais.

Em 1969, a escola voltou a mudar de nome passando a se chamar Centro Educacional para Deficientes da Audição e da Fala Helen Keller. Como o próprio nome sugere, a concepção que a escola tinha sobre surdez era a de deficiência, de impossibilidade de falar e ouvir. Sua metodologia e todo seu esforço se voltavam à correção daquilo que

considerava ser um *déficit*. Nessa direção, é importante lembrar o fato de que essas práticas foram responsáveis pela formação de quase toda uma geração de surdos, e este mesmo conjunto de práticas está vinculado a um campo discursivo que inventa a surdez como sendo desvio da normalidade, como deficiência. Durante o período que se constituiu como centro educacional, os alunos participavam de aulas de psicomotricidade, treinamento de ritmo, correção de fala, leitura labial, entre outras atividades de reabilitação auditiva e oral. Além disso, o centro se constituiu em um local de formação para o mercado de trabalho, visto que os alunos participavam de oficinas de montagem de botões para a Metalúrgica Eberle, de marcenaria e outros ofícios que pudessem inserir o surdo na indústria caxiense. Nos dados fornecidos para Adami (1991, p. 198), a então diretora do Centro Educacional Helen Keller, Ana Maria Festugato de Souza descreve os objetivos da escola e a forma como ocorria o processo de encaminhamento do aluno surdo para o mercado de trabalho:

Aos 18 anos, iniciamos o encaminhamento profissional do aluno. As indústrias de nossa cidade estão recebendo nosso surdo para colocá-lo em máquinas que fazem muito barulho. Outras os aproveitam em computadores [...]. O objetivo da escola é fazer com que o surdo-mudo aprenda a falar, comunicar-se e escrever, para ter ao menos uma segurança no futuro. Para desenvolver isso no educando, necessitamos de muita perseverança de parte da professora e permanente interesse dos pais. A partir de algum sucesso, o surdo passa a integrar-se na sociedade, sem considerar-se inútil aos que o cercam. (ADAMI, 1991, p. 198).

Entretanto, mesmo o aluno sendo encaminhado apenas quando tinha 18 anos, o processo de formação de mão de obra ocorria muito antes. As oficinas eram uma maneira de formar desde cedo pessoas com perfil para o trabalho industrial, moldadas à lógica da produtividade. Essa lógica, parte do pressuposto de que pior do que ser deficiente é ser improdutivo, não poder consumir e ser útil à sociedade. Dialogando mais uma vez com as narrativas dos surdos entrevistados, um dos surdos relata que pela manhã ia ao Helen Keller, e à tarde, para colégio particular Madre Imilda. No Helen Keller, aprendiam também a fazer bancos, usar o formão, a fazer moldura de quadros, pinturas e outros trabalhos manuais, mas não eram todos os alunos que frequentavam duas escolas, pois a maioria frequentava somente o Helen Keller.

Várias imagens do período mostram o cotidiano da escola, onde os alunos realizavam trabalhos manuais e de preparação para o trabalho nas indústrias. Uma das imagens, mostra além da preparação para o trabalho, uma nítida distribuição de atividades por gênero, começando pela separação espacial de meninos e meninas. As meninas, agrupadas na frente, bordam de cabeça baixa, e os meninos mexem com máquinas de pregar botões. Ou seja, a

menina era preparada para o lar, aprendia ofícios tipicamente femininos relacionados aos trabalhos domésticos, e o menino era preparado para a indústria, fazendo valer a afirmação comum aos estudos de gênero, que diz que na escola também se ensina a ser menina e a ser menino. Além da questão de gênero, mais uma vez, a questão disciplinar está bastante evidente, seja pela uniformização, seja pelas posturas corporais silenciosas e estáticas dos alunos.

A implementação da Comunicação Total e a transição ao Bilinguismo

Nos anos 80, a teoria educacional da comunicação total passou a fazer parte das práticas pedagógicas dos professores do Helen Keller. Um dos surdos entrevistados oferece uma definição da comunicação total muito interessante que, em poucas palavras, define o que foi esse modelo e o que ele representa para os surdos. Ele diz que a “comunicação total, é um oralismo que pode usar sinais junto”. Ou seja, essa forma de comunicação tem muito mais de oralismo, de sistema artificial, do que de *Língua de Sinais*. Então, essa língua passa a circular oficialmente no espaço escolar, mas o lugar que ocupa é secundário, é uma forma de se chegar à Língua Portuguesa. As concepções de surdez são praticamente as mesmas do oralismo, pois o surdo continua sendo representado e nomeado como deficiente, tornando a *Língua de Sinais* uma forma de minimizar o *problema* e facilitar (para os ouvintes) a comunicação e o ensino. Aqui é importante notar o descompasso com relação a outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos, que na década de 70 (séc. XX) esse método já era questionado, enquanto aqui no Brasil, dez anos depois, estava começando a entrar em voga, era a novidade do momento em educação de surdos. O caráter artificial da comunicação total pode ser percebido no relato do entrevistado, onde este afirma que em situações de comunicação informal, a *Língua de Sinais* desvinculada da oralidade era o sistema escolhido para se comunicarem:

Os surdos usavam na aula a comunicação total, ok. Fora da escola, nas conversas particulares, nos passeios, eles nunca usavam a comunicação total. Era sempre Língua de Sinais, a Libras, quando voltavam para aula usavam a comunicação total, fora usavam a Libras, que é bem diferente.

Talvez muito mais do que o oralismo, a comunicação total, ou bimodalismo, como também é chamado, deixou uma herança muito forte nas práticas pedagógicas dos professores de surdos. Até hoje, em tempos onde se proclama o bilinguismo, muitos professores, por não serem fluentes em *Libras*, ainda utilizam o recurso da fala e da gestualidade junto para se

comunicarem com os alunos. Isso mostra também que, apesar de eu estar narrando a partir de uma sequência cronológica, isso não quer dizer que o processo tenha ocorrido de forma linear. Assim como houve rupturas, também houve permanências. Nem todos os discursos e as práticas desapareceram, muitos se diluíram, se transformaram, e outros ainda perduram no cotidiano escolar sob outras máscaras.

Entretanto, é possível pensar no período da comunicação total como uma transição ao bilinguismo, afinal, de um dia para outro, não seria implantada uma proposta bilíngue numa escola que atuou durante anos com uma proposta de oralizar o surdo e fazer dele o mais próximo possível de um ouvinte. Outro ponto relevante é o fato de que, em outros tempos, o uso da *Língua de Sinais* não era unanimidade nem mesmo entre os surdos. Segundo o relatos dos entrevistados, a maioria dos surdos não acreditava na *Língua de Sinais*, pois era um grupo muito tradicional e ainda via a aquisição da oralidade como parte importante da vida dos surdos. Por isso, o processo de mudança de paradigmas educacionais e de objetivos da educação, que passaram da normalização para uma educação no sentido formativo da palavra, foi tão lento e gradual, estando ainda hoje em fase de consolidação.

Nesse meio-tempo, a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, com o Decreto 5.828, de 8/10/86 alterou novamente o nome da escola para Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Helen Keller. Essa passou a realizar suas atividades no prédio onde funciona até hoje, na esquina das ruas Luiz Michelon e Irmão Robertão. Trata-se de um momento importante, pois há uma diferenciação entre o trabalho clínico e o trabalho pedagógico, ao menos em termos de nomenclatura, pois de centro educacional passou a ser chamada de escola. O trabalho clínico deixou oficialmente de ser função da escola, passando a ser responsabilidade da Associação Helen Keller, que permaneceu exercendo suas atividades no mesmo prédio, mas com o estatuto e a estrutura organizacional diferentes, atuando em separadamente na escola.

No fim dos anos 80 e início da década de 90 (séc. XX), a instituição passou por reformas administrativas e pedagógicas: reformulou sua proposta pedagógica e contratou o primeiro instrutor surdo no ano de 1992, ainda como cargo de confiança e não como profissional concursado. Segundo Oliveira (2005, p. 85), nesse período, a escola teve contato com pesquisadores que investigavam experiências de educação bilíngue para surdos em outros países, tais como: Carlos Skliar e Carlos Sánchez. Skliar e Sánchez vieram para Caxias do Sul custeados pela Secretaria Municipal de Educação, após a escola ter elaborado um projeto solicitando e justificando a importância da vinda deles para qualificação do ensino de surdos no município. A partir das discussões suscitadas por esses pesquisadores, foi decidido

pela mudança do projeto pedagógico da escola e se iniciou a implementação de um projeto de educação pautado nos pressupostos do bilinguismo. Ainda segundo essa autora, muitos professores se mostraram resistentes à proposta, alegando que as ideias defendidas eram boas na teoria, mas que, na prática, tudo era diferente. Além disso, uma grande dificuldade era o falta de domínio da *Língua de Sinais* por parte desses professores e as próprias concepções que ainda perduravam sobre o surdo e a *Língua de Sinais*, que levariam anos para ser desconstruídas, sendo que muitas das quais ainda perduram na atualidade.

O primeiro instrutor surdo a trabalhar na escola, relata que antes de sua contratação, não havia o cargo de instrutor. O que ele fazia era uma espécie de tutoria, auxiliando ou, eventualmente, substituindo o professor ouvinte, o verdadeiro responsável pela turma. Lembra, ainda, que até mesmo hoje, após a implantação da proposta bilíngue, a escola tem apenas cinco professores surdos, os quais atuam como instrutores. O fato de serem nomeados como instrutores não lhes confere os mesmos direitos trabalhistas que os demais professores, como, por exemplo, a mudança de nível ao concluir um curso de graduação ou pós-graduação, e a mesma faixa salarial, mesmo que atuem na docência. Mais uma vez a história mostra seu caráter descontínuo e a impossibilidade de pensar de forma linear. Se, em uma primeira impressão, pode parecer que as transições entre uma teoria educacional e outra transcorreu de forma linear e progressiva, a partir de uma análise mais aprofundada, e até mesmo voltando o olhar para a atualidade, é possível perceber que os discursos e os poderes que dele se originam permanecem no decorrer dos anos, apenas assumindo outras formas, se ocultando por trás de outros argumentos, de outras práticas.

A despeito das resistências às novas ideias, em 1994, baseando-se na experiência trazida por Sánchez, da Venezuela, a escola implementou o projeto que ficou com o nome de “Área”, um espaço destinado para o convívio e interação entre crianças de diferentes faixas etárias e com surdos já adultos. As atividades baseavam-se em temas escolhidos pelos alunos e professores e essas eram desenvolvidas todas na *Língua de Sinais*. A princípio, participavam da “Área” também os professores ouvintes, mas, com o passar do tempo, a “Área” começou a se constituir em espaço somente dos surdos. Tanto os professores quanto os alunos acordavam que esse deveria ser um lugar de trocas entre os surdos. Isso estava, de certa forma, em consonância com o projeto inicial, cuja função desse espaço seria criar condições para os desenvolvimentos cognitivo, emocional e da linguagem na criança surda, abrindo a possibilidade de essa criar hipóteses sobre o mundo e a realidade que a rodeia. As dificuldades enfrentadas no início da experiência incluem desde a falta de instrutores surdos

(até 1996 havia apenas um instrutor contratado) até as discussões ocasionadas pela insistência de alguns dos professores ouvintes em conversarem oralmente entre si durante esses momentos, que deveriam ser dedicados ao aprendizado e à prática da *Língua de Sinais*. (OLIVEIRA, 2002, p. 85-96).

Em algumas das práticas realizadas nas atividades da “Área”, entre outras coisas, os alunos eram estimulados a desenvolver peças teatrais, a trocar experiências com os colegas surdos (de outras séries e idades) e com o professor surdo. No início, as próprias crianças surdas tinham uma certa resistência em participar das atividades, tinham vergonha, mas quando viam os maiores sinalizando, sentiam-se estimuladas a participar também, como se extrai do depoimento:

Para criar a “Área” aqui no Helen Keller os professores precisaram pesquisar, entender o surdo, que a “Área” tinha que ser só para surdos, daí começou na área então, as apresentações teatrais, a comunicação, artes, grupos de alunos grandes da 8ª série, junto com os do pré, e os pequenos olhavam os grandes sinalizando e aprendiam a Língua de Sinais, aceitavam e aprendiam rápido. Os maiores apresentavam teatro, eram modelo para os menores. Os pequenos, antes, não queriam participar de teatro, tinham vergonha, depois que viam os maiores sinalizarem aceitavam também. Percebemos que igual a antes, sempre separados em séries não dava... É muito importante o contato com os maiores. Porque em casa os pais só falam, a criança não aprende nada. Aqui no contato com os maiores eles vão aprendendo.

Entretanto, vale ressaltar que as atividades da “Área” somente passaram a ser de total responsabilidade dos instrutores surdos por volta do ano 2000. Antes disso, eles sempre eram supervisionados por professores ouvintes. A partir das reivindicações do grupo de instrutores e dos próprios alunos surdos, a “Área” passou a ser responsabilidade dos surdos, o que incluía também representantes dos alunos de turmas mais avançadas para auxiliarem no planejamento das atividades. Tanto as atividades de “Área” quanto a presença do instrutor surdo na escola foram de grande importância para a implementação da proposta bilíngue e para a autopercepção dos surdos e da surdez de maneira diferente. Isso pode ser claramente percebido na narrativa de uma ex-aluna, quando esta conta sobre o ingresso do primeiro professor surdo na escola e sobre o ensino da *Língua de Sinais*:

Quando eu tinha 7 anos veio o primeiro surdo para trabalhar como professor, era o Tibi. Eu aprendi Libras com ele. Eu lembro, algo que me marcou, que foi importante, foi quando o Tibi veio, porque antes nós só aprendíamos com professores ouvintes, eram os ouvintes que ensinavam os sinais, mas é diferente... O Tibi ensinava bastante sinais, eu lembro... [...] Eu nunca tive o problema de ter que oralizar, sempre foi com a Língua de Sinais na escola. O ensino era normal, as disciplinas, os professores ouvintes ensinavam, o Tibi ensinava Libras, era uma escola normal, eu acho.

É interessante notar que a entrevistada usa a expressão “era uma escola normal, eu acho”, o que no meu entender mostra que, apesar de ser uma escola especial, já era possível que os alunos se autopercebecem como membros de uma comunidade escolar *normal*, ou seja, para além do estigma da anormalidade. Estudar numa escola especial já não significava ser submetido a tratamentos clínicos e abrindo mão de aprendizagens escolares. Quanto à importância da “Área”, afirma que esse era um espaço de troca de experiências e de contatos com colegas de outras turmas. Até mesmo o fato de ter um número maior de alunos foi considerado relevante, pois, como as turmas eram pequenas, os momentos em que as turmas eram aglutinadas no mesmo espaço eram muito mais propícios para trocas de experiências e para fazerem novas amizades:

Porque era uma oportunidade de união com os colegas, não era só com os colegas da mesma sala, os de outras turmas também ficavam junto. E tinha esse contato, a troca de experiências. Porque se fica todo dia, toda semana com os mesmos colegas, na Área era diferente. Tinha o modelo do professor surdo para formar a identidade, e proporcionava aprender mais sobre os surdos. Por isso eu acho importante, pela socialização, a troca de experiências e a possibilidade de fazer novos amigos. [...] Era tudo misturado [as idades]. Era bem legal essa mistura porque tinha essa integração maior, esse intercâmbio. Não eram sempre os mesmo colegas. [...] [As turmas] eram bem pequenas, dez, oito alunos, e todo dia faltava alguém, nunca vinham todos, era difícil o dia que vinham todos, e na Área não, era um monte de colegas, todos participavam juntos.

Na década de 90 (séc.passado) ainda havia tratamento fonoaudiológico, mas o diferencial estava no fato desse ser oferecido em turno contrário ao que os alunos estavam matriculados e da frequência não ser obrigatória. A mesma entrevistada do relato anterior conta que frequentava as seções de fonoaudiologia à tarde, na escola e numa clínica particular, e que quando não quis mais por achar que somente a *Língua de Sinais* já era suficiente, parou com as seções:

Era em turno contrário [a fonoaudiologia], por exemplo, de manhã tinha aula normal e, à tarde, a fono. Duas vezes por semana a gente vinha para a escola fazer. Eu também fazia mais a fono particular, fora da escola. Eu fazia os dois, mas parei quando tinha por volta de 10 anos. [...] Eu não quis mais por causa da influência da escola. Diziam que não precisava de fono, que os sinais já eram suficientes, por isso parei.

Com o Decreto 8.841, de 14/3/97 a escola passou a se chamar Escola Municipal de 1º Grau Helen Keller, atendendo alunos até a 8ª série. Em 2001, começou um novo momento para a escola, que passa a abrigar, no mesmo prédio, além da Associação Helen Keller, que fazia o trabalho fonoaudiológico, a Escola de Ensino Médio Helen Keller, fruto de anos de

luta da comunidade para dar condições os alunos de concluírem o Ensino Médio em uma escola de surdos.

Da criação da escola de Ensino Médio aos dias atuais

Antes de 2001, os surdos que concluíam o Ensino Fundamental tinham poucas opções de continuar estudando: ou iam para escolas de ouvintes, sem nenhuma infraestrutura para atendê-los, ou iam para outras instituições especializadas para trabalhar com surdos em outras cidades, mas isso dependia de recursos financeiros dos quais nem todos dispunham. O fato é que a maioria acabava parando de estudar e sendo absorvidos pelo trabalho fabril ou por outro que não exigisse a conclusão do Ensino Médio. Entretanto, muitos surdos e seus familiares não estavam de acordo com essa realidade, por esse motivo, pode-se dizer que a criação da escola de Ensino Médio para surdos, em Caxias do Sul, foi resultado de um processo reivindicatório de alunos surdos, familiares e professores, que iniciou em meados dos anos 90 do citado século.

Reuniões semanais, abaixo-assinados, cartas e visitas à Secretaria da Educação em Porto Alegre marcaram o movimento que culminou com a autorização do governo do estado para o funcionamento da escola em 2001. Entretanto, a autorização para o funcionamento com o decreto 40.570 de 5 de janeiro de 2001, não significou que a escola tivesse começado suas atividades de maneira tão tranquila. No primeiro ano, os alunos assistiam as aulas na Escola Estadual Imigrante, e os professores se deslocavam até lá para atendê-los. Os estudantes eram matriculados e constavam nas planilhas da Escola Imigrante, sendo que os professores do Helen Keller passavam as notas das avaliações deles para os professores da outra escola. Somente em 2002, os alunos passaram a frequentar as aulas no mesmo prédio em que funcionava a Escola de Ensino Fundamental Helen Keller, que, para atender às exigências do MEC, teve a biblioteca e o laboratório de ciências reestruturados. Desde então, o governo do estado e a Prefeitura Municipal mantêm um acordo de abrigarem, no mesmo espaço físico, as duas instituições de ensino. Para os surdos, compartilhar o mesmo local é importante, pois faz com que esses mantenham o vínculo com a escola e participem de atividade conjuntas, que seriam inviáveis se as escolas fossem separadas, devido ao número reduzido de alunos do Ensino Médio. Além disso, os materiais didáticos e a infraestrutura da escola municipal direcionados ao público surdo podem ser usufruídos pelos alunos de Ensino Médio, o que,

sem dúvida já é um ganho para as práticas pedagógicas e para o processo de ensino e aprendizagem.

Considerações finais

No Brasil, as políticas públicas voltadas aos surdos remontam somente à segunda metade do século XX, antes disso, havia apenas iniciativas isoladas e a criação de institutos de educação em algumas partes do País. Trata-se, portanto, de um processo bastante recente e que se desvinculou da ideia de pedagogia terapêutica somente na década de 90 (do século recém-findo). Em Caxias do Sul, seguiu-se a mesma tendência do restante do Brasil: começou-se em 1960 com atendimento clínico, voltado à oralização do surdo e, gradualmente, foi-se passando ao atendimento propriamente pedagógico. Durante todo o processo, a formação para o mercado de trabalho fabril teve bastante ênfase dentro dos processos escolares, ocupando-se em formar surdos capazes de ingressar no crescente e próspero ramo industrial polarizado em Caxias do Sul. Na década de 80 do mesmo século, começaram os primeiros passos em direção à comunicação total e a *Língua de Sinais* passa a circular no interior da escola, ainda que subordinada à Língua Portuguesa. Na década de 90 (séc. XX), iniciou-se a implantação da proposta bilíngue depois de muitos debates, congressos e assessoria de pesquisadores internacionais na área da educação de surdos. Em 2001, após vários anos de reivindicações da comunidade, a Escola Helen Keller passou a atender também alunos de Ensino Médio. A partir de um convênio firmado entre o governo do estado e o do município, no turno da noite passou a funcionar a Escola Estadual Especial de Ensino Médio Helen Keller. Diferentemente da escola municipal, a escola estadual já foi criada sob os pressupostos do bilinguismo, incluindo em sua grade curricular a disciplina de *Língua de Sinais* e cultura surda, contando, no seu quadro de docentes, com um professor surdo.

Finalizando, espero que esta pesquisa possa contribuir de alguma forma para olharmos o passado educacional dos surdos, fornecendo pistas de como este ramo da educação chegou a ser da maneira como é hoje, e nos estimulando a pensar que tudo pode acontecer de outra maneira. Afinal, se o poder existe, há a possibilidade de resistência e de mudança. Nessa direção, a história auxilia a olhar não só para o passado e o presente, mas também para o futuro que queremos, para os objetivos, projetos e desafios que se lançam para os próximos anos.

Referencias

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: Educação: 1877–1967*. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. T.III.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. São Paulo: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

OLIVEIRA, Mônica Duso de. *Os olhares dos surdos: traduzindo as fronteiras da escola*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre: UFRGS, 2005.